

19 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Relator deve condenar mais políticos hoje

Barbosa já afirmou que houve esquema para comprar apoio político ao governo em troca de recursos do valerioduto

Na retomada do julgamento do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, votará pela condenação de deputados e ex-parlamentares do PR, PTB e PMDB. Todos, além do PP, são acusados de receber recursos públicos via PT em troca de apoio a projetos de interesse do governo Lula.

A expectativa é que o relator use as sessões de hoje e amanhã para demonstrar que os parlamentares que receberam recursos do mensalão cometeram o crime de corrupção passiva. O ex-presidente e ex-líder do PL (hoje PR) na Câmara Valdemar Costa Neto; o ex-vice-líder Bispo Rodrigues (RJ); o presidente do PTB, Roberto Jefferson; Romeu Queiroz, então vice-líder do PTB na Câmara; e o ex-líder do PMDB José Borba (PR) devem ser condenados.

O ministro, que usou boa parte da segunda-feira contando, segundo ele, como o esquema de compra de apoio político foi estruturado com a chegada do PT ao poder, deve apresentar hoje votos pela condenação mais curtos contra os demais políticos. Como antecipou o **Estado** anteontem, Barbosa só deve revelar amanhã seu voto pela condenação do ex-ministro José Dirceu como o responsável pelo esquema de cooptação de parlamentares para aderir à base aliada e aprovar matérias do então recém-empossado governo.

Para sustentar o pedido de condenação, Barbosa deve relatar as negociações políticas com os partidos que teriam sido conduzidas por Dirceu e as relações do ex-chefe da Casa Civil com o

empresário Marcos Valério, apontado como operador do esquema que distribuiu recursos aos partidos da base, a pedido do então tesoureiro petista Delúbio Soares.

'Fidelização'. Ministros do STF ouvidos pelo **Estado** devem concordar com o voto do relator pela condenação dos políticos. Essa parte do julgamento deve levar até três semanas – mais tempo que os capítulos já apreciados pelo Supremo.

Contudo, há magistrados que vão discordar da fundamentação de Barbosa. Um ministro disse que, em vez da compra de apoio para a aprovação das reformas previdenciária e tributária, houve a criação de um sistema de 'fidelização' de partidos aos interesses do PT. Com essa interpretação, o ministro disse que não há a necessidade de se comprovar que o repasse dos recursos tinha como único objetivo a aprovação das propostas.

O ESTADO DE S. PAULO

SÃO PAULO

Juiz permite uso do nome da Unicamp em Campinas

A Justiça Eleitoral em Campinas autorizou o candidato a vice-prefeito Paulo Rodrigues da Silva (PSDB), o Prof. Paulão da Unicamp, a usar o nome da universidade na campanha. O candidato compõe chapa com Jonas Donizette (PSB), líder isolado, com 50% na última pesquisa. Os candidatos do PT, Márcio Pochmann, e do PDT, Pedro Serafim, tiveram indeferido recurso que pedia a proibição do uso da Unicamp.

AMAPÁ

Justiça e PF fazem busca e apreensão em secretarias estaduais em Macapá

A Justiça Eleitoral e Polícia Federal cumpriram mandados de busca e apreensão de documentos e computadores em Macapá, nas Secretarias de Estado da Administração, da Comunicação, do Planejamento, de Finanças e da Receita, além da empresa Revolution, suspeita de ter sido contratada por R\$ 4 milhões, sem licitação, em período eleitoral, o que é proibido.

A denúncia partiu da coligação Construindo e Gerando Empregos, que tem como candidato à reeleição o prefeito Roberto

PIAUI

PF apura troca de votos por crack em Teresina

O Procurador Regional Eleitoral do Piauí, Alexandre Assunção e Silva, pediu investigação sobre a troca de drogas (pedras de crack) por votos em Teresina. A denúncia foi formalizada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-PI, presidida por Lúcio Tadeu Ribeiro, que solicitou providências à 63.^a zona eleitoral. Em caminhada no bairro Parque Brasil, o candidato do PT à Prefeitura, senador Wellington Dias (PT), disse que candidatos a vereador estariam trocando drogas por voto na região

MATO GROSSO

Juíza manda site retirar entrevista em Cuiabá

A juíza eleitoral Rita Soraya de Barros acatou o pedido do candidato à Prefeitura de Cuiabá Mauro Mendes (PSB) e determinou que o site Mídia News excluir as matérias que atentassem contra sua reputação. Em entrevista ao site, o ex-secretário Eder Moraes diz que "Mendes não é bom moço, mas excelente ator", e que o senador Blairo Maggi (PR) "está triste e consternado" por apoiá-lo.

60%
DOS MUNICÍPIOS
DO PIAUÍ PEDIRAM
TROPAS FEDERAIS
PARA A ELEIÇÃO

19 SET 2012

DANOS MORAIS

Gol terá de indenizar menina deficiente

O juiz Rudolf Carlos Reitz, de Bento Gonçalves (RS), condenou a Gol a pagar indenização de R\$ 62 mil por danos morais a uma menina com paralisia cerebral. Em outubro de 2011, a empresa se negou a embarcar a criança em um assento. A companhia alegou só autorizar transporte em maca. A condenação também prevê pagamento de multa de R\$ 300 mil por descumprir liminar que assegurava o embarque.

100
SALÁRIOS
MÍNIMOS É O
VALOR TOTAL DA
INDENIZAÇÃO

SISTEMA PRISIONAL

Mulher de ex-detento pede R\$ 100 mil em ação

A Defensoria Pública de São Paulo ajuizou, dia 4, ação de indenização de R\$ 100 mil para a mulher de um ex-detento. Há um ano a mulher disse que foi submetida a revista vexatória na Penitenciária de Franco da Rocha II, sob suspeita de levar drogas quando visitava o marido. Ela também foi acusada por uma agente penitenciária de portar documentos falsos.

Efamosa a frase de Winston Churchill de que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais. Ou seja, não há nada melhor, mesmo quando se reconhecem todos os seus defeitos. Jornalismo é um pouco assim: imperfeito, mas insubstituível. No Brasil essa comparação é ainda mais verdadeira, se levarmos em conta os avanços da nossa jovem democracia, nascida a partir da Constituição de 1988, e do bom jornalismo que fazemos, com tantos serviços prestados à sociedade nesse período.

Jornalismo, assim como democracia, é uma obra em progresso, em permanente processo de autocritica e busca de aperfeiçoamento.

Essas reflexões vêm a propósito do modelo de autorregulamentação posto em prática pelos 154 jornais que integram a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a mais representativa entidade do setor, com títulos cuja circulação diária soma cerca de 90% do total da circulação brasileira.

Há pouco mais de um ano a ANJ criou o seu Programa Permanente de Autorregulamentação, com o objetivo de estimular os jornais associados a adotarem práticas de relacionamento transparente com suas audiências, de modo a que possam assumir publicamente seus princípios éticos, ser criticados, cobrados por eventuais erros e fazer as correções cabíveis.

O programa recomendou que os jornais associados adotassem pelo menos uma prática no sentido de permitir aos leitores acessar, demandar e obter respostas dos responsáveis editoriais. Pesquisa feita pela ANJ indica que, em função da iniciativa, hoje absolutamente todos os jornais associados já têm algum tipo de canal de relacionamento com suas audiências. A internet, como era esperado, tem facilitado essa prática de transparência.

Claro que o ideal é que os jornais não se limitem a ter um canal de relacionamento pela internet com seus leitores e possam ir além, formando um conjunto de práticas que tornem mais e mais consequente a relação de confiança que devem ter com seu público leitor. Mas esse

é um processo necessariamente cumulativo, que demanda tempo, até pela grande diversidade dos jornais brasileiros.

A incompreensão a respeito dessa realidade leva a críticas como a recentemente feita aqui, no *Estadão*, pelo articulista Eugênio Bucci, para quem a pesquisa da ANJ revela “números que desencorajam qualquer leitura otimista” (*Pluralismo de fachada*, 6/9). É a velha história do copo meio cheio, meio vazio. A verdade é que o copo já esteve mais vazio e vem sendo enchido exatamente pela iniciativa da ANJ.

O programa da ANJ busca justamente a disseminação das melhores práticas, o estímulo à formação de uma cultura de ética e de autocritica, num gradativo

Como a democracia, ele é uma obra em processo permanente de busca de aperfeiçoamento

círculo virtuoso. Por isso o programa é chamado de permanente, ou seja, está em constante evolução. A ANJ remeteu a todos os seus associados exemplos dessas melhores práticas, que vão desde procedimentos habituais de reconhecimento de erros e correção até fóruns de análise crítica. Nesse período de um ano, diversos jornais de pequeno e de médio portes seguiram o caminho dos maiores e passaram a adotar práticas que não adotavam, como códigos próprios de ética e autorregulamentação, conselhos editoriais e conselhos de leitores.

A ANJ considera esse o melhor caminho para o exercício do jornalismo independente, responsável e de qualidade, que cumpra da melhor forma sua nobre missão de informar e formar os cidadãos. O que se busca é incentivar os jornais a terem seus próprios caminhos de autorregulamentação. Afinal, a credibilidade é o maior patrimônio de um jornal e deve ser cultivada a cada dia – hoje, com a internet, a cada momento.

Quando o Supremo Tribunal Federal, em 2009, tomou a histórica decisão de sepultar a Lei de Imprensa criada no regime militar, definiu também que não cabe nenhum pressuposto para o exercício da liberdade de expressão. A ANJ, como todos os seto-

res verdadeiramente democráticos do País, comemorou a decisão. Mas entendeu – até para valorizar esse bem maior que é a liberdade – que deveria estimular seus jornais associados a adotarem o maior número possível de práticas de relacionamento com suas audiências, com seriedade e profundidade.

Esse modelo descentralizado de autorregulamentação escolhido pela ANJ difere daquele em que um conselho funciona como espécie de tribunal de ética, com a prerrogativa de julgar ações contra os jornais e definir penalidades. Para a ANJ, mais importante do que tudo, sob o ponto de vista da sociedade brasileira, é que no grande universo de jornais brasileiros, de todos os tamanhos e perfis, cresça e se consolide uma cultura de relacionamento transparente e permanente com os leitores.

Conselhos de autorregulamentação no jornalismo não são necessariamente o melhor caminho. Basta ver o que ocorreu com a Press Complaints Commission, da Grã-Bretanha, considerada um modelo exemplar, mas que foi incapaz de agir no escandaloso caso do *News of the World*, tabloide popular de Rupert Murdoch que se tornou uma central de grampeamento e manipulação de informações. Foi a própria imprensa britânica que se encarregou de desmascarar os crimes cometidos pelo jornal, que acabou fechado. Ainda como decorrência do episódio, a Press Complaints Commission está sendo completamente reformulada. A liberdade de imprensa funcionou a favor da imprensa e de toda sociedade.

Jornais e jornalistas erram e continuarão a errar. Quando agem de má-fé, a legislação comum de danos morais, que se aplica a todos os cidadãos, é o instrumento democrático e constitucional para puni-los. Mas, além do aparato legal, é preciso que os próprios jornais e jornalistas pratiquem um esforço permanente por um jornalismo cada vez mais ético e aberto à sociedade. A ANJ escolheu esse caminho de evolução, em sintonia com a evolução da própria democracia que estamos construindo.

19 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

'Prefeito não é quadrilheiro', diz advogado

Defesa de Joaquim Ribeiro reforça que prefeito não ficou com dinheiro de propina; Justiça analisa pedido de prisão

O advogado do prefeito de Londrina, José Joaquim Ribeiro (sem partido), Paulo Nolasco, negou que seu cliente integre a quadrilha supostamente chefiada por Barbosa Neto (PDT), conforme denúncia apresentada anteontem pelo Ministério Público (MP) do Paraná e que aponta desvio de R\$ 3,8 milhões da prefeitura por meio da compra de uniformes escolares para 2011 e 2012. Do total, R\$ 540 mil teriam sido destinados a propina para agentes públicos. "Ele não é quadrilheiro", afirmou Nolasco. "Ele não pegou nenhum dinheiro." Segundo apurou a FOLHA, o MP pediu a prisão preventiva de Ribeiro, de Barbosa e dos ex-secretários Marco Cito (Gestão Pública) e Lindomar Mota dos Santos (Fazenda).

Em depoimento ao MP, Ribeiro admitiu ter pego R\$ 150 mil de José Lemes, representante das empresas que forneceram uniformes. Disse que teria ficado com R\$ 50 mil para saldar dívidas de campanha; e repassado iguais quantias a Barbosa e a Lindomar. Nolasco voltou a dizer que considerava o depoimento inválido por Ribeiro estar

'Meu cliente nunca pagou propina'

sem advogado. "É uma questão processual de que vamos tratar no decorrer do processo."

O advogado Walter Bittar, que defende o empresário Marcos Divino Ramos, dono da G8, disse que após o recebimento da denúncia irá contratar uma empresa especializada em auditoria para analisar a contabilidade da empresa. "Vamos contrapor as informações que constam da denúncia com os serviços de uma auditoria privada. Meu cliente nunca pagou propina." A análise demoraria cerca de 60 dias para ser concluída e, posteriormente, seria anexada como parte da defesa de Ramos, que está preso desde 28 de agosto.

A denúncia, que acusa 19 pessoas de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e falsidade ideológica, está sob responsabilidade do desembargador José Maurício Pinto de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, já que Ribeiro tem foro privilegiado para ações criminais.

Quanto a Barbosa, que teria envolvimento no recebimento integral da propina, seu assessor, José Otávio Sancho Ereno, disse que ele ainda não contratou um advogado para o caso, porém, nega qualquer fraude nos uniformes. Segundo a denúncia, Barbosa recebeu a propina em seis vezes, das mãos da ex-secretária de Educação Karin Sabec, do prefeito Ribeiro e pessoalmente do empresário Marcos Ramos, com quem teria se encontrado em janeiro de 2011 em Boituva (SP). Marco Cito teria participado do encontro.

Se decretada a prisão de Barbosa, ele somente poderia ser detido até sexta-feira, já que, conforme o calendário da Justiça Eleitoral, a partir de 22 de setembro é proibida a prisão de candidatos por mandado de prisão. Os candidatos podem ser presos apenas em flagrante delito.

19 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Compromisso com a infância

Todos os seis candidatos à Prefeitura de Londrina assinaram na semana passada um termo de compromisso com a Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Juventude. O termo de compromisso faz parte de um conjunto de ações do Ministério Público do Paraná com objetivo de provocar a implementação efetiva dos direitos assegurados pela legislação à população infanto-juvenil.

Condenado

A Justiça Estadual condenou o prefeito de Alto Piquiri (Noroeste), Gerson Márcio Negrissóli, por ato de improbidade administrativa. A sentença foi proferida a partir de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público (MP) do Paraná. De acordo com o MP, em 2010 o prefeito usou o slogan "Gestão 2009 a 2012 Gente que Faz" e as cores de sua campanha eleitoral em ofícios, documentos e veículos oficiais. O prefeito foi condenado ao pagamento de R\$ 21.031,24 para ressarcimento aos cofres públicos, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por três anos.

Regra clara

O Tribunal de Contas (TC) do Estado baixou norma estadual para o subsídio de agentes políticos. O prefeito não poderá exceder o subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal, fixado em R\$ 26.723,13. Por sua vez, os salários do vice-prefeito e dos secretários municipais não poderão exceder o do prefeito. Prefeito, vice e secretário que sejam empregados ou servidores do município, do Estado ou da União, deverão licenciar-se de seu cargo, emprego ou função. Eles deverão optar pelos vencimentos do cargo de origem ou pelo subsídio do cargo político, sempre de acordo com as leis que regem a matéria.

19 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Caso Muralha: MP denuncia empresários por corrupção

Everton Muffato e Anderson Fernandes teriam oferecido dinheiro a vereador para manter lei municipal

Acusados de corrupção ativa, os empresários Everton Muffato e Anderson Fernandes (proprietário do depósito Sanderson) foram denunciados pelo Ministério Público (MP) do Paraná porque teriam tentado evitar, mediante pagamento de propina, a revogação da lei municipal 10.092/2006, conhecida como Lei da Muralha. Conforme a denúncia apresentada à Justiça na segunda-feira, Fernandes, "em concurso de vontades e pré-ajustado com Everton Muffato", teria oferecido R\$ 40 mil ao vereador Roberto Fú (PDT) para que ele desistisse de projeto de sua autoria que previa o fim da Muralha.

A Lei da Muralha, que vigorou em Londrina até o mês de julho, restringia a instalação de supermercados e casas de material de construção no quadrilátero que se estendia da Avenida Henrique Mansano, na Zona Norte, até a rodovia PR- 445, na Zona Sul. Segundo o MP, os denunciados tinham interesse na manutenção da lei, especialmente porque Fernandes estava construindo um prédio naquela rodovia, que seria locado a Muffato, para instalação de um hi-

permercado. "É certo que a revogação da chamada Lei da Muralha afetaria diretamente os interesses dos denunciados", afirma o MP.

Conforme narra o MP, no último de três encontros - numa das ocasiões com a presença de Muffato -, Anderson teria abordado o vereador "de forma incisiva", no mês de abril, prometendo a vantagem indevida para que Fú retirasse da pauta da Câmara a matéria de sua autoria. Essa conversa foi gravada pelo parlamentar, que entregou uma cópia do diálogo ao MP. Anderson Fernandes chegou a ser preso duas vezes durante as investigações. Fú entregou também aos promotores cópias de mensagens recebidas no celular em que o empresário agendava as reuniões.

O advogado Walter Bittar, que defende os dois empresários, informou que ainda não havia lido a peça acusatória, mas negou haver indícios contra os clientes. "Se os fatos que embasam a denúncia são os mesmos aos quais tivemos acesso durante as investigações, posso dizer que faltam quatro minutos na gravação feita pelo vereador. Está editada e sem contexto", afirma.

Bittar disse que em relação a Everton Muffato "não existe nenhum elemento que comprove irregularidade, a não ser um 'ouvi dizer'". Segundo o advogado, "é temerária, num estado democrático, uma denúncia baseada em gravação assim". A defesa aguarda a manifestação do Judiciário quanto ao recebimento da denúncia para tomar as primeiras medidas.

O vereador Roberto Fú avaliou como positiva a apresentação da denúncia contra os empresários, mas lamentou estar envolvido na situação. "Essa denúncia quer dizer que teve fundamento os fatos que eu levei ao Ministério Público, mas eu honestamente não gostaria de passar por isso." Sobre as supostas ameaças que teria sofrido após a derrubada da Lei da Muralha, o vereador ressaltou que está mais cuidadoso. "Preocupação nós sempre temos, mas acredito que aqueles que foram denunciados terão que pensar muito antes de fazer qualquer coisa contra mim."

19 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

TC julga irregulares contas da Appa

Curitiba - Problemas em licitações, prorrogação de contrato vencido e dragagem irregular do canal de acesso ao Porto de Paranaguá fizeram com que os conselheiros do Tribunal de Contas (TC) do Estado novamente avaliassem mal a gestão de Eduardo Requião à frente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). Irmão do ex-governador Roberto Requião, ontem Eduardo viu o relatório de Durval Amaral sobre 2006 ser aprovado por unanimidade entre os conselheiros.

A análise de anos anteriores também sofreu críticas do TC, com os resultados de 2004 e 2005 sendo igualmente reprovados. Desta vez, foram apontadas 18 irregularidades, incluindo obras na sede administrativa do Porto de Paranaguá. Na implantação de sistema de ar condicionado e iluminação, os técnicos do TC apuraram capacidades instaladas menores que aquelas estipuladas em contrato e pagas, por exemplo. Eduardo Requião foi intimado pelo TC a devolver R\$ 46 mil aos cofres públicos, por obras e serviços supostamente não realizados, e arcar com multa para cada irregularidade apontada. Após a publicação em Diário Oficial, Eduardo Requião terá quinze dias para recorrer.

Venda de cargos

Investigação sobre troca de cargos no Porto de Paranaguá por apoio político e financiamento eleitoral, por outro lado, não prosperou na Justiça Estadual. As denúncias feitas neste ano pelo Ministério Público (MP) do Paraná contra Airton Maron, superintendente da Appa no início do governo Beto Richa, e seu primo, Alceu Maron Filho (PSDB), foram anuladas pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Para o TJ, a acusação estava baseada somente em provas testemunhais, coletadas junto aos adversários políticos do grupo. Maron Filho, inclusive, concorre à prefeitura da cidade nestas eleições.

19 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

AL pede **compreensão**

por recesso

Curitiba - Confirmado o recesso de duas semanas na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB) pediu a compreensão dos cidadãos paranaenses com a suspensão das atividades parlamentares na Casa até a realização das eleições municipais. "Pedimos a vocês o crédito deste recesso", declarou à imprensa o presidente da AL. A partir desta quinta-feira, os deputados estaduais estão oficialmente liberados para fazerem campanha política nas suas bases eleitorais, com o aval da instituição. Não haverá corte na remuneração dos parlamentares.

Ontem, após assumir em plenário a realização do recesso, Rossoni tentou mostrar diferenças entre o caso do Paraná e o resto do Brasil. Na defesa da AL, ele argumentou que os deputados estaduais vão "enforçar" menos dias que os outros políticos do País. Rossoni citou, por exemplo, o Congresso Nacional, onde senadores e deputados federais têm realizado votações alternadas neste segundo semestre. "Em Brasília, numa semana tem, na outra não tem", contrasta o tucano. "Algumas assembleias legislativas decretaram recesso o mês de setembro inteiro. Aqui, para

não atrasar a agenda de votações, nós realizamos sessões extraordinárias", ameniza o deputado estadual.

Para a FOLHA, Rossoni afirmou não ver problema em ter mantido o recesso escondido da população durante o último mês, enquanto as lideranças partidárias discutiam o tamanho da pausa nas atividades parlamentares. "Nós cortamos o pagamento por sessões extraordinárias e descontamos faltas da remuneração dos deputados estaduais", respondeu o presidente da AL, querendo compensar a repercussão negativa da medida.

Os deputados estaduais já tinham "enforçado" a primeira semana de setembro, no Feriado da Independência. No total, serão 21 dias sem motivo formal para políticos do interior baterem ponto na capital, onde está a sede do Legislativo.

19 SET 2012
FOLHA DE S. PAULO
HÉLIO SCHWARTSMAN

Analfabetismo histórico

SÃO PAULO - O movimento negro, bem como outros grupos que tentam reduzir os níveis de intolerância na sociedade, tem toda a minha simpatia. Isso dito, é ridículo o que estão tentando fazer com Monteiro Lobato. Se a iniciativa legal, que já chegou ao Supremo, prosperar, o autor poderá ter parte de sua obra banida das bibliotecas escolares.

Não há a menor dúvida de que Lobato se utiliza de expressões que hoje soam rematadamente racistas, como o termo "macaca de carvão", para referir-se à Tia Nastácia. A questão é que estamos falando de escritos dos anos 30, época em que quase todo mundo era racista. E, se há um pecado mortal na crítica literária e na análise histórica, é o de interpretar o passado com os olhos de hoje.

"Não sou nem nunca fui favorável a promover a igualdade social e política das raças branca e negra... há uma diferença física entre as raças que, acredito, sempre as impedirá de viver juntas como iguais em termos sociais e políticos. E eu, como qualquer outro homem, sou a favor de que os brancos mantenham a posição de superioridade."

Odioso, certo? Também acho. Mas, antes de condenar o autor da frase ao inferno da intolerância, convém registrar que ela foi proferida por Abraham Lincoln, o presidente dos EUA que travou uma guerra civil para libertar os negros da escravidão.

E Lincoln não é um caso isolado. Encontramos pérolas racistas em ditos de Gandhi e Che Guevara. Shakespeare traz passagens escancaradamente antissemitas, Eurípides era um misógino e Aristóteles defendia com empenho a escravidão. Vamos banir toda essa gente das bibliotecas escolares?

A verdade é que todos somos prisioneiros da mentalidade de nossa época. Há sempre um horizonte de possibilidades morais além do qual não conseguimos enxergar. Aplicar critérios contemporâneos para julgar o passado é uma manifestação de analfabetismo histórico.

É ridículo o que tentam fazer com Monteiro Lobato

Não há a menor dúvida de que Monteiro Lobato se utiliza de expressões que hoje soam racistas. A questão é que se trata de escritos dos anos 30. Aplicar critérios contemporâneos para julgar o passado é manifestação de analfabetismo histórico.

FOLHA DE S. PAULO

STF tende a aceitar tese de compra de apoio

Para ministros, seria inevitável condenar boa parte dos acusados por corrupção ativa

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) deve concordar com a afirmação do relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, de que houve compra de apoio político na Câmara no início do governo Lula (2003-2010).

Ministros ouvidos ontem pela **Folha** dizem que a corrupção passiva fica comprovada com o argumento de que pelo menos R\$ 55 milhões foram recebidos por aliados do PT com o principal objetivo de garantir votos em projetos de interesse do governo.

Segundo os ministros, seria inevitável a condenação de boa parte dos réus acusados por corrupção ativa, como o empresário Marcos Valério, sócios e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

O reconhecimento não significa, porém, que todos os réus deste capítulo, entre eles o ex-ministro José Dirceu, serão condenados.

Assim como nos capítulos anteriores, os ministros esperam divergências nessa parte do julgamento. Apontam até a absolvição de alguns réus que, em tese, teriam importância secundária no esquema, como assessores de partidos da base que se limitavam a buscar o dinheiro.

Anteontem, Barbosa fez um longo voto, limitando-se às acusações contra os réus ligados ao PP. Afirmou não ter dúvidas sobre a compra de apoio político e indicou votações importantes, como as reformas da previdência e tributária, para dizer que os pagamentos eram efetivados em datas próximas.

Os ministros devem argumentar que a corrupção pas-

siva pode ser confirmada com o voto parlamentar, que corresponderia ao chamado “ato de ofício”, necessário para a configuração do crime.

Para isso, não seria preciso que o deputado votasse a favor de projeto em troca de dinheiro, mas só o fato de poder fazer isso seria suficiente para configurar a corrupção.

Integrantes do STF disseram, desde os primeiros itens da denúncia, que a acusação precisa apontar esse ato, não exigindo a demonstração de que ele tenha sido realizado.

19 SET 2012

Trabalho no TSE dificulta sessões extras do processo

Os processos e as demandas das eleições municipais de outubro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) são os principais argumentos de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) contra a realização de sessões extras para acelerar o julgamento do mensalão.

A ideia era realizar uma quarta sessão por semana para tratar do processo, mas isso, apesar de não estar descartado, perdeu força por conta do excesso de trabalho enfrentado pelos ministros que acumulam cadeiras no Supremo e no TSE.

O TSE recebeu até ontem 3.319 processos que tratam do registro de candidaturas.

Para o ministro Luiz Fux, “não tem uma eficácia prática essa sessão extra. Só vai desgastar e vamos perder tempo”, afirmou.

Sem entrar na polêmica, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, disse que a questão será analisada pelo plenário caso o relator do processo, Joaquim Barbosa, provoque a discussão.

Fecha-se o cerco

Joaquim Barbosa, do STF, diz não haver dúvida sobre compra de apoio parlamentar pelo PT, o que já prenuncia condenação geral de políticos

O julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal) chega nesta semana ao ponto central. Após 24 sessões num mês e meio, são desanimadoras as perspectivas para os principais acusados e, mais ainda, para o PT e seus líderes.

No capítulo do processo sobre o qual ora se debruçam, os ministros do STF vão decidir se o mensalão foi de fato um esquema usado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assegurar o respaldo de parlamentares no Congresso Nacional, como acusa a Procuradoria-Geral da República.

Desde 2005, quando eclodiu o escândalo com a publicação de uma entrevista do então deputado Roberto Jefferson (PTB) na **Folha**, a maior parte dos envolvidos tem afirmado que tudo não passou de distribuição de sobras de campanha —o caixa dois eleitoral—, sem negociação de apoio político.

Ao começar a ler seu voto sobre essa fatia da ação, o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, não deu sinais de hesitar entre as teses: “Há farta demonstração documental acerca dos pagamentos realizados e dos parlamentares beneficiados, não havendo qualquer dúvida sobre a existência de um esquema de compra de votos a esta altura deste julgamento”.

Essa afirmação descarta cabal-

mente a narrativa de que o mensalão seja uma farsa, como tentaram fazer crer o ex-presidente Lula e petistas nele envolvidos.

Verdade que, na sessão de segunda-feira, Barbosa manifestou-se somente a respeito de crimes imputados a membros do PP, partido da base de sustentação do governo lulista. A assertividade do ministro relator, entretanto, deixa claro que, na sequência de seu voto, aquela conclusão será estendida a integrantes do PT, do PTB, do PMDB e do PR (o extinto PL).

A tendência da maioria dos ministros do STF tem sido a de acompanhar o voto do relator do processo, e nada indica que neste caso será diferente. O Supremo, que já considerou culpados 10 dos 37 réus do mensalão e reconheceu o desvio de verbas públicas, inclina-se a condenar também o chamado núcleo político.

Personagens simbólicos da política nacional estão em foco nessa parte da denúncia. Serão julgados o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT), acusado de chefiar o esquema, e o ex-deputado Roberto Jefferson. Além deles, a lista inclui outros nove políticos, cinco dos quais exercem cargos eletivos —dois prefeitos, dois deputados federais e um deputado estadual.

Sempre se soube que o julgamento do mensalão nada teria de corriqueiro. É, contudo, somente agora, quando se aproximam seus efeitos concretos, que se dissipa a desconfiança residual com a Justiça, por parte da sociedade; no caso dos políticos, esvai-se a certeza da impunidade. Não é pouca coisa.

A OPOSIÇÃO



- Se forem todos presos, não teremos mais concorrência.

FOLHA DE S. PAULO 19 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Justiça à TV

19 SET 2012

RIO DE JANEIRO - Assistir ao julgamento do mensalão é um pouco como acompanhar a novela. Não importa quantos dias se deixe de vê-lo, é só sintonizar para logo entender o que está acontecendo. O cenário não muda, os personagens são os mesmos e as falas são uma longa preparação para as duas únicas palavras que realmente interessam ao espectador: inocente ou —favorita disparada na audiência— culpado.

Claro que nenhuma novela se sustentaria com tanta conversa e tão pouca ação. Daí, na novela, o entra e sai de gente nas casas uns dos outros —ninguém pergunta se pode visitar, ninguém interfona, as pessoas simplesmente surgem pelas portas e dizem suas falas. Já o mensalão não pode comportar essas liberalidades. A simples intervenção não solicitada de um ministro na fala de outro é uma gafe mortal, e os bate-bocas entre eles são um festival de Vossas Excelências e preclaros colegas.

Haveria uma maneira, no entanto, de quebrar a monotonia e fazer do mensalão um empolgante espetáculo televisivo. Bastaria que os réus —os que estivessem sendo julgados naquele dia— fossem convidados a comparecer e a se sentar numa bancada especial, mesmo sem direito à palavra. Uma ou mais câmeras ficaria neles o tempo todo, e caberia ao pessoal do corte intercalar big closes de seus rostos na fala do ministro que os estiver desancando ou defendendo naquele momento.

Imagine Valério, Delúbio, Genoino, Dirceu ou Roberto Jefferson acompanhando ao vivo o desdobramento de seu destino e reagindo expressivamente a esta ou àquela palavra a seu respeito. Um bom câmera ficaria atento a detalhes como a transpiração assomando à testa, um tique das pálpebras ou o uso das mãos —algum dos acusados brincaria nervosamente com esferinhas de aço, como Humphrey Bogart em “A Nave da Revolta”?

Isso, sim, seria fazer justiça à TV.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

O efeito tardio do mensalão

19 SET 2012

BRASÍLIA - Seria o mensalão uma bomba eleitoral de efeito retardado, cujo impacto real sobre o PT se dará agora, nas disputas municipais, e em 2014? É cedo para dizer, embora existam sinais preocupantes para os dirigentes petistas.

Quando o escândalo eclodiu há sete anos, em 2005, parecia o fim da linha para o PT. Mas, em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito com alguma facilidade. O fenômeno se deu por causa de três fatores. Primeiro, o caso havia arrefecido. Segundo, a denúncia não estava no Supremo Tribunal Federal. Terceiro e mais importante, a economia do Brasil estava decolando.

Hoje, a situação é inversa. A economia não vai tão bem. O mensalão renasceu no julgamento do STF, com os brasileiros sendo alertados diariamente nos telejornais noturnos que alguns políticos — muitos do PT — serão condenados por corrupção.

É impossível afirmar com precisão se os candidatos petistas patinam em grandes centros urbanos devido ao mensalão. Porém uma coisa é certa: o julgamento agora certamente não ajuda na construção da imagem de muitos nomes do PT em capitais de Estados — locais nos quais a “lulodependência” tende a ser maior.

O PT também foi ambivalente ao aceitar a tese de buscar o “novo” nestas eleições. Em São Paulo, a novidade de Lula foi Fernando Haddad. Mas os eleitores, por enquanto, parecem enxergar o predicado em outro candidato, Celso Russomanno, do PRB.

Em outras capitais, os petistas escolhidos se dizem em busca de renovação. Só que os nomes são todos velhos conhecidos. Patrus Ananias, em Belo Horizonte, Humberto Costa, em Recife, e Nelson Pelegrino, em Salvador, fazem parte do “PT de raiz”. Estiveram de mãos dadas com os mensaleiros agora prestes a enfrentar alguns anos de cadeia.

É comum em política haver fadiga de material. No caso do PT, o mensalão talvez possa precipitar esse fenômeno só agora, sete anos depois.

19 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SOB NOVA DIREÇÃO

O ministro Joaquim Barbosa não será mais o relator do mensalão mineiro, que envolve o PSDB, no STF (Supremo Tribunal Federal). Ele assume a presidência do tribunal em novembro. E não deve levar o processo para o seu novo gabinete.

LONGE DO FIM

O ministro que assume o comando da corte pode levar os processos que já estão sob sua responsabilidade para relatar. Mas desde que estejam prontos para votar. E o mensalão tucano, no qual o ex-presidente do partido Eduardo Azeredo é réu, está "longe disso", segundo um magistrado do Supremo.

MÃO NA MASSA

Com isso, a relatoria do mensalão mineiro ficará nas mãos do ministro que Dilma Rousseff nomeará para o lugar de Carlos Ayres Britto, que se aposenta em novembro. O novo (ou a nova) integrante do STF herdará o gabinete de Joaquim Barbosa.

CURTO-CIRCUITO

O ministro do STF Gilmar Mendes entrega ao vice-presidente Michel Temer o título de doutor honoris causa do Instituto Brasileiro de Direito Público. Hoje, às 19h30.

PAÍNEL

Retrovisor 1 Ministros do Supremo Tribunal Federal temem que seja arguida a inconstitucionalidade da reforma tributária aprovada em 2003 caso prevaleça na corte o entendimento de Joaquim Barbosa de que houve compra de votos no Congresso.

Retrovisor 2 Segundo um membro da corte, nesse caso pode-se concluir que a votação da emenda foi "viciada" pelos repasses de recursos do valerioduto.

presos, delegacias são convite a fugas

Distritos policiais e cadeias públicas do Paraná abrigam 43% de toda a população carcerária do estado

■ A invasão da delegacia de Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, que resultou no resgate de seis presos, na madrugada de ontem, expôs mais uma vez a fragilidade do sistema penitenciário do Paraná. As delegacias e distritos policiais do estado, que deveriam manter detidos apenas em caráter provisório, abrigam atualmente 11.969 presos — alguns deles condenados. O número equivale a 43% de toda a população carcerária de todo o estado, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju). Já a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) informa que a capacidade limite nas delegacias do Paraná é de 6 mil detentos.

Para o presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Paraná (Sipol), Roberto Ramires Pereira, o

acondicionamento de presos em locais inadequados está diretamente relacionado às rebeliões e à percepção de um aumento no número de fugas. O fato de delegacias servirem como presídio de maneira sistemática é o ponto mais preocupante, em sua opinião. “Os bandidos sabem da precariedade do sistema e agem na certeza da impunidade”, diz.

O presidente do Sipol afirma que é fundamental a organização do governo para a construção de novos presídios, ainda que à custa de aumento de impostos. “É um preço que a sociedade tem de pagar. Há 25 anos o governo só oferece paliativos. Quanto tempo mais esperamos?” Pereira ainda diz que os investigadores de polícia trabalham desmotivados porque não conseguem exercer a função para a qual foram aprovados em concurso público. “Os novos policiais vêm e me dizem que a maior vontade deles é uma coisa bem simples, investigar, mas não conseguem porque têm de cuidar de preso”, afirma.

Interdição sem efeito

A Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curi-

tiba foi interditada no último dia 5 pela Vigilância Sanitária. No entanto, segundo o diretor de Saúde Ambiental da prefeitura, Luiz Antônio Bittencourt Teixeira, há poucas possibilidades de que o lugar realmente deixe de abrigar presos. A Vigilância Sanitária enviou o ofício de interdição para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

“Como técnico, nós fazemos o que temos de fazer, porque o local não tem condições. Mas eu até entendo que não haja interdição de fato. Onde vão colocar os presos?” Segundo Teixeira, a delegacia abriga inclusive presos condenados.

Teixeira afirma que em 2008 e 2009 realizou outras três interdições em delegacias de Curitiba, sempre sem efeito prático. “É uma situação conjuntural que vai muito além de nossa alçada. Não é um problema de Curitiba, nem do Paraná, é de todo o Brasil.”

19 SET 2012

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA ELEITORAL

Lei da Ficha Limpa barra 41 candidaturas no Paraná

A Justiça Eleitoral já barrou 41 candidatos do Paraná com base na Lei da Ficha Limpa e 23 por outras irregularidades. A maior parte dos candidatos com registro negado teve as contas rejeitadas nos tribunais de contas ou nas câmaras municipais, totalizando 38 candidaturas afastadas. O balanço numérico foi divulgado nesta semana pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE).

Entre os processos julgados estão, por exemplo, 15 candidaturas barradas por casos de improbidade administrativa, 8 por condenação criminal, 4 por abuso de poder político ou econômico, uma por falência fraudulenta e uma por simulação de divórcio para poder concorrer (cônjuges de prefeitos não podem concorrer pela lei).

Análise

“Com a Ficha Limpa, a tendência é que candidaturas sejam impugnadas antes dos períodos eleitorais. Isso passa a ser importante para a saúde da democracia e para a composição das elites dirigentes, com indivíduos de histórico limpo”, diz o professor de Ciência Política Doacir Quadros, do grupo Uninter.

O doutor em Direito Eleitoral Fernando Knoerr afirma que as impugnações (questionamentos) podem causar atraso no andamento das eleições e no trabalho da Justiça Eleitoral. “As candidaturas impugnadas pelo TRE aguardam exame definitivo de cassação. Isso não

“Com a Ficha Limpa, a tendência é que candidaturas sejam impugnadas antes dos períodos eleitorais. Isso é importante para a saúde da democracia.”

Doacir Quadros, professor de Ciência Política do grupo Uninter.

significa que determinado candidato pare com a campanha”, diz Knoerr. “Mas, se continuar, será por sua conta e risco. Porém, se a Justiça tornar definitiva a decisão que indeferir o registro de candidatura, ele deixa de ser candidato e, caso eleito, será reconhecida a invalidade da eleição e será necessário fazer outra”, explica.

Região metropolitana

Em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, a candidata do PSDB, Beti Pavin, foi julgada como “ficha-suja” pelo TRE-PR por improbidade administrativa. A candidata entrou com recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde o processo tramita por rejeição de contas públicas, condenação por danos ao patrimônio público, desaprovação de contas de campanha e captação ou gasto ilícito de recurso.

Por enquanto, Beti continua com a campanha. De acordo com o TRE-PR, se a candidata for julgada como inelegível antes das eleições, ela pode sair da disputa e o partido indicar um novo nome. Caso contrário, se eleita com mais de 50% dos votos e, só depois do pleito sua candidatura for impugnada, anula-se a eleição e realiza-se uma nova no prazo de 20 dias. Na situação de ela não atingir a metade dos votos, o segundo candidato mais votado assume o cargo.

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

19 SET 2012



» TIAGO RECCHIA
VAI
VOTAR
EM QUEM
PRA
PREFEITO?

JOAQUIM
BARBOSA.



GAZETA DO POVO

» CASO DA PROPINA

Prefeito de Londrina tem 7 dias para se defender

19 SET 2012

O prefeito de Londrina, José Joaquim Ribeiro (sem partido), que está licenciado do cargo por problemas de saúde, foi notificado ontem, por meio de edital publicado no jornal *Folha de Londrina*, a apresentar defesa preliminar, dentro de sete dias úteis, sobre a sua suposta participação em um esquema de desvio de verbas no escândalo dos kits escolares.

A Câmara Municipal tomou a medida porque o prefeito não foi encontrado para ser notificado pessoalmente sobre o pedido de abertura de uma Comissão Processante (CP), que pode resultar na cassação do mandato dele. Uma CP cassou, no final de julho, o mandato do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT), de quem Ribeiro era vice.

O pedido de abertura de CP foi protocolado pelo vereador Joel Garcia (PP) depois de Ribeiro confessar ter recebido R\$ 150 mil de propina, paga por empresários que venceram a licitação dos uniformes escolares. Na segunda-feira, Ribeiro, Barbosa Neto e outras 17 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro, peculato, corrupção passiva e ativa, falsidade ideológica e fraude em licitação.

O parecer sobre o pedido de abertura de CP só deve ser apresentado pelo procurador jurídico da Câmara, Miguel Ângelo Garcia, após a defesa de Ribeiro.

19 SET 2012

GAZETA DO POVO

Termos do acordo para o Coral HSBC estão prontos

Espectáculo de Natal é alvo de investigação do Ministério Público de Trabalho, que apura denúncia de exploração da mão de obra infantil

Felippe Anibal

O acordo que deve permitir que o tradicional coral de crianças do Palácio Avenida, em Curitiba, se apresente no fim de ano está perto de ser formalizado. Após inúmeras audiências, foi redigido um documento estabelecendo condições que a Fundação HSBC (responsável pelo coral) deve cumprir para que as apresentações natalinas continuem. Faltaria apenas a assinatura da instituição para pôr fim ao impasse.

O Coral do HSBC é alvo de denúncias desde o fim de julho, quando o Ministério

Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) iniciaram uma investigação com base em acusações de exploração do trabalho infantil. A denúncia foi apresentada aos órgãos por educadores das instituições que abrigam as crianças, por causa da carga horária exigida nos ensaios.

As condições para que as apresentações sejam liberadas serão definidas por um termo de ajuste de condutas. Os detalhes das exigências, no entanto, não foram divulgados. A procuradora do trabalho Margaret Matos de Carvalho disse que só se manifestará quando o caso for considerado encerrado. Por meio de sua assessoria de imprensa, o banco HSBC informou que também não falaria sobre os termos do acordo.

Nos bastidores, a movimentação já começou. A maestrina Dulce Primo, responsável por idealizar as apresentações e ensaiar as crianças, disse que já há um planejamento de ensaio para o coral deste ano. Ela também espe-

ra apenas a formalização do acordo para “pôr mãos à obra”.

Trabalho artístico

As investigações do MPT e do MTE começaram em julho, depois que educadores denunciaram excessos no ritmo de ensaios das crianças. Os órgãos apuravam se as atividades exercidas por elas — ensaios e apresentações — configuravam trabalho artístico. Caso essa possibilidade fosse constatada, os horários deveriam ser ajustados e as crianças deveriam receber um salário mínimo por mês pelas funções exercidas.

Segundo as denúncias, as crianças eram devolvidas aos abrigos após as 23 horas, cumprindo mais de oito horas de atividades fora das entidades. Os jovens coralistas teriam ainda condições inadequadas de alimentação durante ensaios e apresentações. A promotora Margaret Matos de Carvalho ressaltou, na ocasião, que o objetivo não era “acabar com o evento”, mas encontrar uma forma de não prejudicar as crianças.

19 SET 2012

GAZETA DO POVO

SEMINÁRIO

Projeto Direitos das Crianças e dos adolescentes – circuito da Copa e objetivos do milênio

» **DATA:** 20 de setembro (das 8 às 16h30).

» **Local:** auditório Montessori (PUC PR), Rua Imaculada Conceição, 1.155 – Prado Velho.

» **INFORMAÇÕES:** (44) 9814-42009 ou jvcruzoletto@hotmail.com

COLUNA DOS LEITORES

Monteiro Lobato

Eu e vários leitores de minha geração passaram boa parte da infância vivendo as aventuras do Sítio do Picapau Amarelo. Eu ainda nem sabia ler e minha professora já encantava a minha mente infantil com histórias da Tia Nastácia, Dona Benta, Pedrinho, Narizinho. Hoje, passados mais de 80 anos das *Reinações de Narizinho*, o nosso querido escritor é considerado racista. Monteiro Lobato foi um dos maiores escritores do nosso país e um grande nacionalista. Foi um personagem admirável da nossa história e merece respeito.

Cláudio Marchand Krüger

Ficha limpa

Parabéns à Justiça Eleitoral do Paraná por barrar os fichas-sujas das eleições (**Gazeta**, 18/9). Chega dessa gente fazendo farra com o dinheiro público. Vamos dar um basta nos políticos que querem administrar o dinheiro do povo como se fosse seu!

Antonio Valdomiro Pontes Oliveira, Palmas – PR

Mensalão

O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal dos denunciados no mensalão revela aos olhos dos brasileiros e ao resto do mundo um Brasil sendo passado a limpo. Boa é a lei se dela se fizer bom uso.

Mario Pallazini, São Paulo – SP

Terraplenagem política

Concordo plenamente com Cristovão Tezza (**Gazeta**, 18/9). Se questionados, a esmagadora maioria dos políticos não saberá descrever a ideologia de seus partidos. Muitos nem saberão o que significa ideologia! Também concordo que Lula foi a pior coisa que aconteceu ao país nas últimas décadas. Deixou um legado de conchavos e desprezo à Justiça e ao rigor. Poderia ter utilizado sua enorme popularidade para alavancar as reformas mais que necessárias, como tributária, trabalhista, previdenciária e política.

Paulo Colli

19 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro diz que restrição a HC substitutivo não prejudica cidadão

A inadmissão de Habeas Corpus substitutivos de recursos não deve provocar grandes alterações nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça, avalia o ministro do STJ Marco Aurélio Bellizze. “Não haverá prejuízo para os processos antigos nem para os novos”, afirmou o ministro em evento promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

O ministro reconheceu que a decisão sobre o HC é um dos temas mais comentados por seus colegas de corte. Apesar de não descartar restrições na admissão de HC, Bellizze disse que todos os casos envolvendo a liberdade dos jurisdicionados serão analisadas pela corte. “Ainda que venha a vingar a restrição em algumas turmas, os processos em relação à liberdade continuarão a merecer um exame muito cuidadoso e atento de todo o tribunal.”

Na avaliação de Bellizze, o Habeas Corpus acabou banalizado no Brasil, sendo utilizado como alternativa aos recursos ordinários numa tentativa de driblar a morosidade do Judiciário. “Estou julgando Habeas Corpus de 2008”, relatou.

Segundo o ministro, o STJ está em compasso de espera e aguarda o entendimento ser ratificado pela maioria dos membros do Supremo. “Não estamos brechando a chegada de HC. Estamos esperando com prudência e cautela o entendimento da segunda turma do STF”.

Para o ministro o novo entendimento vai valorizar as instâncias ordinárias do Judiciário. Segundo ele, atualmente a primeira e segunda instâncias tornaram-se “ritos de passagem”, já que é comum as decisões finais serem determinadas apenas pelos tribunais superiores. “A consequência desse entendimento será a valorização das instâncias ordinárias. Os juízes sabem que a primeira e segunda instâncias são ritos de passagem.”

19 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB questiona no Supremo lei sobre responsabilidade solidária de advogado

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal na qual pede que o tribunal declare a inconstitucionalidade do dispositivo que atribui responsabilidade solidária aos advogados em relação às obrigações tributárias de seus clientes.

O parágrafo único do artigo 18-C da Lei estadual 7.098/1998, acrescentado pela Lei estadual 9.226/2009, de Mato Grosso estipula que: “Respondem, também,

solidariamente com o sujeito passivo pelas infrações praticadas, em relação às disposições desta lei e demais obrigações contidas na legislação tributária, no que se refere à prestação de informações com omissão ou falsidade, o administrador, o advogado, o economista, o correspondente fiscal, o preposto, bem como toda pessoa que concorra ou intervenha, ativa ou passivamente, no cumprimento da referida obrigação.”

Para a OAB, a lei criou “tera-

tológica obrigação tributária” ao responsabilizar advogados e outros profissionais em relação às disposições e demais obrigações contidas na legislação tributária estadual, no que se refere à prestação de informações com omissão ou falsidade.

A OAB aponta, inicialmente, a vedação constitucional de que estados legislem sobre condições para o exercício de profissões, visto que compete privativamente à União tal atuação, nos termos do artigo 22, XVI, da Constituição Federal.

Embratel não consegue anular licitação de serviços

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou, por unanimidade, recurso em Mandado de Segurança no qual a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) pretendia anular licitação de serviços de telecomunicações no Espírito Santo.

Para os ministros, esse instrumento processual não é adequado para questionar a legalidade da licitação em lote único, pois seriam necessárias revisão de provas, perícia e apresentação de contraditório.

Para o ministro Humberto Martins, a opção de fracionar ou não o objeto de licitação somente se mostrará ilegal com evidência técnica e econômica de prejuízo. Mesmo assim, a via ainda seria inadequada, já que laudos técnicos podem ser contestados, e em Mandado de Segurança não há essa opção.

O ministro ressaltou, ainda, que a questão necessita que “sejam produzidos laudos técnicos de engenharia de telecomunicações

e de economia para demonstrar qual solução seria mais adequada: dividir o objeto em lotes ou fazê-lo em lote único”. Logo, segundo ele, é evidente a necessidade de produção de provas.

Com base no voto do relator, ministro Humberto Martins, a Turma entendeu que a definição do objeto da licitação buscou obter vantagens para a administração e toda a coletividade, proporcionando menores custos e melhor qualidade no atendimento aos cidadãos.

19 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF discutirá projeto de conciliação de conflitos federativos

O ministro Gilmar Mendes se reunirá no próximo dia 20, no Supremo Tribunal Federal, com procuradores estaduais e representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) para dar início a um projeto-piloto de conciliação em processos que envolvam conflitos federativos. A proposta é estabelecer canais permanentes de comunicação entre as partes litigantes, visando à solução dessas controvérsias pela via conciliatória.

A ideia surgiu a partir da constatação de que tramitam hoje, no STF, mais de cinco mil processos que tratam de conflitos entre entes da Federação – e envolvem desde temas complexos, como propriedades em áreas de fronteira, até causas mais simples, como execuções de débitos de pequeno valor. “Grande parte desse contencioso poderia ser reduzida ou evitada se contássemos, no âmbito da própria Administração Pública, com ambiente institucional em que se pudesse, por meio do diálogo, estabelecer uma cultura de consenso na solução desses conflitos, de forma muito mais célere, eficaz e econômica do que pela via judicial”, afirmou o ministro Gilmar Mendes no convite para o primeiro encontro.

19 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

DIGITAIS

Biometria atinge mais de 7,7 milhões

A tecnologia que identifica o eleitor pelas impressões digitais na hora de votar alcançará mais de 7,7 milhões de pessoas de 299 municípios de 24 Estados brasileiros nas eleições municipais de outubro. O número foi divulgado pela coordenação do projeto de identificação biométrica do eleitor após o processamento e a auditoria do cadastro de eleitores, encerrados em julho último. A expectativa do TSE é que até 2018 todos os eleitores brasileiros possam votar após serem identificados pelas digitais.

O projeto é desenvolvido pela Justiça Eleitoral desde 2007 e, até o momento, apenas os Estados do Amazonas e de Roraima e o Distrito Federal ainda não iniciaram a revisão eleitoral para uso da biometria. Implementada de forma pioneira nas eleições municipais de 2008 nas cidades de Colorado do Oeste-RO, Fátima do Sul-MS e São João Batista-SC, no pleito de 2010 a biometria alcançou mais de 1,1 milhão de eleitores de 60 municípios em 23 Estados.

A biometria é uma tecnologia que confere ainda mais segurança à identificação do eleitor no momento da votação. O leitor biométrico acoplado à urna eletrônica deve confirmar a identidade de cada eleitor,

comparando as impressões digitais com todo o banco de dados disponível. Dessa forma, é praticamente inviável a tentativa de fraude na identificação do votante, uma vez que cada pessoa tem digitais únicas.

Nas eleições de outubro próximo, a tecnologia será utilizada em 299 cidades brasileiras, estando aptos a serem identificados pela biometria exatos 7.771.692 eleitores. Nos Estados de Alagoas e Sergipe, praticamente todo o eleitorado será submetido à identificação pelas digitais na hora de votar. Nas capitais Curitiba (PR), Goiânia (GO) e Porto Velho (RO) a biometria também atingirá quase todos os eleitores. Na capital paranaense, 1.180.170 eleitores estão aptos a votar pelo novo sistema.

JORNAL DO ESTADO

DE NOVO

MP-PR deve investigar nova queda de sinal da TIM

A queda de sinal da operadora TIM em Curitiba no domingo, dia 16, à noite deve ser investigada pelo Ministério Público (MP) do Paraná. A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba confirmou que a falha de 1h15 no sinal, entre a tarde a noite, deve ser anexada a um procedimento investigatório já em andamento no órgão.

A investigação foi instaurada no dia 10 de setembro e foi aberta, inicialmente, para apurar falhas em ligações e transmissão de dados ocorridos no dia 30 de agosto.

A empresa confirmou a falha de domingo, e reforçou que que os técnicos trabalharam imediatamente na resolução do problema. Sobre a nova investigação, a TIM disse que ainda não foi notificada e está à disposição do órgão para esclarecimentos.

A ação que tramita no MP desde 6 de agosto foi originada após um relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontar que as quedas de chamadas tarifadas por ligação (plano pré-pago) eram quatro vezes superior ao dos demais usuários no plano Infinity, e que isso seria "proposita". A TIM negou a acusação. Ainda em julho de 2012, a empresa foi proibida de vender novas linhas em 18 estados, além do Distrito Federal. Depois de acordo, a venda de novas linhas foi liberada.

19 SET 2012

Adoção

A Câmara de Curitiba aprovou, na sessão de ontem, requerimento que solicita informações à prefeitura sobre o sistema de adoção, além de dados sobre os abrigos que atendem crianças e adolescentes no município. Conforme a justificativa apresentada, é necessário discutir melhor com a sociedade os procedimentos de abrigo, quando as crianças são retiradas do convívio familiar, e as medidas necessárias para a adoção. O documento considera o sistema lento e inseguro e questiona a real situação dos abrigos.

EM BAIXA

A Justiça de Bento Gonçalves, na serra do Rio Grande do Sul, condenou a **COMPANHIA AÉREA GOL** a pagar R\$ 62 mil (100 salários mínimos) de indenização por danos morais a uma menina de três anos com paralisia cerebral. Segundo a decisão judicial, a empresa se negou a embarcar a criança e transportá-la no respectivo assento, em 2011.

19 SET 2012

METRO

Políticos devem ser condenados

- Voto do ministro relator, Joaquim Barbosa, reconhecendo o esquema de compra de apoio deverá incluir condenação de 11 políticos
- Réus ligados ao PP responderão por três crimes

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa retomará hoje a leitura do voto sobre o capítulo que trata do 'núcleo político' da denúncia e deverá condenar os três réus ligados ao PP e dois acusados ligados às corretoras Bônus-Banval e Natimar por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Os advogados de defesa admitem que o reconhecimento do esquema de compra de votos deverá levar o relator da ação penal a condenar os 11 políticos que são réus neste item da denúncia. Joaquim Barbosa dividiu o voto nas condutas individuais de cada partido que teria se beneficiado dos repasses, num valor total que chega a R\$ 55 milhões.

O ministro vai usar principalmente o depoimento de 60 testemunhas que efetuavam o pagamento de dinheiro diretamente no caixa do Banco Rural ou por meio de terceiros, como assessores.

Definida a participação dos acusados, o relator deverá dedicar o fim do voto às reuniões citadas pelo empresário Marcos Valério para reconhecer o envolvimento do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu – apontado na denúncia como chefe da quadrilha.

O ministro Joaquim Barbosa espera concluir o voto apenas na sessão de amanhã.

“Há farta demonstração documental e testemunhal acerca dos pagamentos, das origens dos recursos.”

JOAQUIM BARBOSA, MINISTRO
RELATOR DO MENSALÃO

Núcleo político

Dos 23 réus do capítulo seis da denúncia, 11 são políticos.

- ▶ PP: Pedro Corrêa, ex-presidente do partido e deputado cassado, e Pedro Henry, deputado federal.
- ▶ PL: Valdemar da Costa Neto, deputado federal, Bispo Rodrigues, ex-deputado, e Anderson Adauto, ex-ministro dos Transportes.
- ▶ PTB: Roberto Jefferson, presidente do partido, e Romeu Queiroz, ex-deputado.
- ▶ PMDB: José Borba, ex-deputado e atual prefeito de Jandáia do Sul (PR).
- ▶ PT: José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e José Genóino, ex-deputado.

METRO

**Marco Maia
crítica
relator**

19 SET 2012

O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS) desqualificou a conclusão do ministro Joaquim Barbosa sobre a existência do esquema de compra de votos entre 2003 e 2005.

“Me chamou a atenção ter voltado essa tese do mensalão. Eu, por exemplo, acho uma grande falácia. Não houve, por exemplo, pagamento mensais aos deputados do PT. Os deputados do PT não tinham nenhuma necessidade de ter pagamentos mensais para votar com o governo”, declarou. “Há uma tentativa de se reforçar e afirmar uma coisa que não é verdade, que não condiz com a verdade”, concluiu.

Para ele, o STF tem invertido os fundamentos jurídicos e condenado sem a apresentação de provas. Tem que a tendência de condenações tenha reflexos em ações semelhantes, nas quais a lógica de “inversão do ônus da prova” seja utilizada.

Prefeito tem seu registro cassado

O prefeito de Campina Grande do Sul, Luiz Carlos Assunção (PSB), teve ontem o seu registro de candidatura cassado pela 195ª Zona Eleitoral. Ele foi condenado por abuso de poder político, econômico e de autoridade.

Segundo a decisão, ele teria tido problemas com propaganda eleitoral antecipada, além de doações de imóveis irregulares. Assunção terá que pagar uma multa de mais de R\$ 200 mil. O prefeito ainda pode recorrer junto ao TRE-PR.